

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, reuniu-se na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, localizada na Rua Minas Gerais, nº 86, Centro, nesta cidade, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, coordenado pelo presidente Senhor Quim Fernando Massotti e com a presença dos conselheiros titulares: Quim Fernando Massotti, Edelberto Ginder, Claudio Vicente Kroth, Cristiane Loebens, Nelson DellaValle, Frederico Batistella, Rodrigo Bruno Santolin, Jonatas Mattiazzi, Betuel Brun Sauer e Juliana Meller e dos Conselheiros Suplentes: Francielli Werlang Puhl, Luis Carlos Martins, Carine Zambonato e Maria Cristina Zanotto. Às 17:00h o presidente Quim procedeu a abertura dos trabalhos e solicitou à secretária Francielli que fizesse a leitura do edital de convocação 09/2018 e em seguida, colocou em aprovação as atas de setembro e outubro, que foram aprovadas sem ressalvas por unanimidade. Seguindo com a reunião, o presidente fala sobre a pauta da RESICON – Central de Triagem de Resíduos da Construção Civil, que está em litígio com o município e entrou na esfera jurídica solicitando a rescisão do contrato. Comenta que município e empresa estão estudando a melhor forma de fazer o acerto para ambos e dar continuidade ao serviço prestado. Comenta que a empresa solicita 2,4 milhões de ressarcimento na justiça, alegando investimentos realizados e também déficit operacional ao longo de 4 anos de contrato. Em audiência no Forum, foi dado 30 dias para prefeitura e empresa se acertarem e dessa forma, se buscar a melhor forma de ver a situação complexa. Depois de quase um mês de negociações, município e empresa chegaram a um acordo, o município pagaria a título de subsídio à empresa R\$250.000,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Reais) de entrada mais 55 parcelas de R\$9.000,00 (Nove Mil Reais) além de alterar algumas cláusulas contratuais. O presidente comenta que o município não tem recursos para efetuar esses pagamentos e a ideia é retirar dos fundos vinculados, a entrada de R\$250.000,00 sairia do Fundo de Meio Ambiente e as parcelas que totalizam R\$495.000,00 sairiam do Fundo de Gestão Compartilhada em Saneamento. A palavra é passada ao Senhor Jaime Mattiazzi, proprietário da Resicon, Jaime comenta que desde que a empresa pediu a rescisão do contrato em julho de 2017 continuou operando mesmo em déficit, mas que não tem como arcar com o prejuízo mensal que gira em torno de dez a quinze mil reais, comenta que depois do novo acordo, continuarão operando e recebendo os resíduos. O Tenente Ginder comenta que um dos fatores das pessoas não darem o destino correto na Resicon é o custo. Frederico comenta que o pagamento pelo Fundo de Meio Ambiente é diferente do restante dos outros investimentos que o Conselho faz e sugere que seja melhor estudado antes que seja aprovado. Luis Carlos sugere que a Câmara Técnica apresente a posição para os demais conselheiros depois de ter estudado o contrato e o acordo judicial. O presidente discorda, diz que esse é um assunto que envolve o voto de todos os conselheiros e não é um assunto técnico. Comenta que se preocupa com as questões dos resíduos da construção civil, pois se não houver um acerto, a prefeitura deverá assumir a central e mesmo assim continuar enfrentando a demanda judicial o que poderá ser ainda mais oneroso. Concorda que deve ser melhor estudado, principalmente com as entidades que os conselheiros representam e dessa forma, sugere então que seja feita uma reunião extraordinária no dia 23 de novembro para votação quanto ao pagamento pelo FMA de subsídio para continuidade da Central de Resíduos da Construção Civil, dessa forma, mandaria por e-mail aos conselheiros o contrato o acerto entre empresa e prefeitura para melhor entendimento dos conselheiros. Assim, os conselheiros aprovam a reunião extraordinária para votação. Continuando com a reunião, a palavra é passada para Juliana que fala que tem recebido reclamações quanto a coleta de resíduos, que não funciona como deveria, destaca que o sistema de separação ainda é fraco, que o Conselho junto com a Prefeitura deveria fazer alguma ação para melhorar a coleta, diz que o serviço não está sendo eficiente. O presidente, que é também diretor de meio ambiente e saneamento do Município de Santa Rosa, comenta que as reclamações não chegam na ouvidoria do Município e no setor e que as que chegam, tratam-se de reclamações quanto a coleta de resíduos secos. Comenta que os caminhões tem GPS, comenta que o contrato é novo e que houve melhorias em relação ao último contrato, principalmente no lixo seco que era recolhido com caminhões prensa. Juliana destaca a importância de fazer reclamações para terem registrado. O presidente pede que todos fiquem atentos a coleta, registrem com fotos e vídeos para depois a prefeitura poder notificar a empresa. Frederico fala sobre o chorume que vaza dos caminhões, que já ocorreu mais de uma vez de ver os caminhões deixando rastro pela cidade. O presidente comenta que a empresa será notificada a prestar esclarecimentos sobre isso. Juliana sugere que sejam feitos cursos para os funcionários, para que separem melhor os resíduos e também que os gestores participem de uma reunião do Conselho para dar explicações. Carine fala que as agentes de saúde, que poderiam auxiliar na educação

ambiental e também fala do lixo do interior, que vem sendo recolhido animais mortos e resíduos orgânicos que não deveriam e que a cooperativa de triagem não está mais recebendo os resíduos. O conselho sugere que seja feito um ofício ao Prefeito para relatar essa situação. Cristiane sugere um treinamento aos agentes de saúde, sugere um ofício à Fundação para ver sobre essa possibilidade. Jonatas fala sobre sensibilizar as agentes de saúde para esse trabalho. Betuel fala da importância de se investir nas agentes de saúde, pois o lixo é sinônimo de doença e essa prevenção tem a ver com saúde pública. Quim comenta que não sabe se devido a demanda de serviços e atribuições os agentes podem também arcar com mais essa atribuição. O conselho pede então que pelo menos uma ou duas perguntas sejam feitas pelos agentes, como por exemplo, se a pessoa separa ou não lixo e a importância pra saúde. Continuando com a reunião, Cristiane comenta sobre o trevo que vai pra Santo Cristo, a respeito dos resíduos deixados pelos índios, Quim comenta que é um problema, pois é um terreno particular e é área de domínio do DAER. Fica sugerido um ofício ao DENIT para providências no local. Continuando com a reunião, Juliana fala sobre a elaboração de um Plano de Mata Atlântica, que é responsabilidade do município fazer o gerenciamento da Mata Atlântica e diz que participou de um curso e se assustou pois a região noroeste é a que menos tem preservado a mata atlântica e que Santa Rosa possui somente 2,8% da mata. Comenta que cada município precisa ter um plano e um levantamento da mata. Juliana sugere um curso de capacitação sobre esse assunto. Presidente fala do Projeto Produtor de Vida, que a intenção era exatamente essa, de melhorar e recuperar as APPs mas infelizmente o Jurídico do município não aceitou a continuidade do projeto. Seguindo com a reunião, Juliana sugere que quanto a premiação do Projeto Santa Rosa Nosso Planeta, os Conselheiros façam a entrega da premiação na próxima reunião, fica aprovada a pauta pelos conselheiros. Jaime sugere que a separação dos resíduos seja o próximo tema do Santa Rosa Nosso Planeta. Nada mais tendo para tratar, às 18:30h, o presidente Quim dá por encerrada a reunião. Essa ata vai assinada pela secretária do CONSEMMA, Francieli Werlang Puhl e pelo Presidente, Quim Fernando Massotti.

Quim Fernando Massotti

Francieli Werlang Puhl

Presidente

Secretária